

Restrição à especulação tenta evitar ‘argentinização’

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — Com as restrições às aplicações em ouro, baixadas quinta-feira pelo Banco Central, o governo deu sua principal cartada para enfrentar a especulação financeira, que ameaçava jogar a economia brasileira na rota da **argentinização**. Apesar da intervenção do Banco Central ter sido menos violenta do que previa o plano original, a expectativa nos meios oficiais é de que a pancada no mercado será suficiente para sufocar por algum tempo a tendência de crescimento das cotações de ouro e do dólar no mercado paralelo.

... A interferência do Banco Central foi motivada não apenas por causas econômicas mas também por razões de segurança nacional, determinadas pelas preocupações da cúpula militar com o crescimento desenfreado da evasão de divisas. Por tudo isso, tornou-se imperioso para o governo derrubar o ágio do dólar no black para bem abaixo do nível de 200% registrado nas últimas semanas. Nesse patamar, o dólar representava um forte atrativo não somente à especulação mas também à evasão de divisas pelo superfaturamento das importações e subfaturamento das exportações.

Idéia infeliz — A regulamentação pelo Banco Central da constituição de fundos e clubes de investimento em ouro, o dia 16, foi uma idéia inteiramente infeliz, que contribuiu para “jogar mais lenha na fogueira da especulação”, segundo expressão de um dos mais próximos auxiliares do ministro Mailson da Nóbrega. Afinal, investir em ouro significa o mesmo que aplicar no dólar do mercado paralelo, pois as cotações do metal estão atreladas às cotações da moeda americana no black. A instalação dos primeiros fundos fez disparar as cotações do ouro e do dólar, obrigando o Banco Central a rever a sua decisão. Além da suspensão das autorizações para funcionamento dos fundos, a proposta inicial elaborada pelos técnicos do BC para tentar frear a onda de especulação previa ainda a proibição de venda de ouro para pessoas físicas em quantidade abaixo de 250 gramas mas a idéia foi arquivada devido as ponderações das instituições que comercializam o produto.

A interferência no mercado do ouro foi combinada com outras duas importantes medidas do governo para estimular a poupança: o restabelecimento da política de juros reais e a redução da tributação no mercado financeiro, aprovada na terça-feira. Com isso, esperam as autoridades econômicas que parte do dinheiro que havia sido atraído pelas estimulantes cotações do ouro e o dólar volte a ser aplicado em títulos públicos e privados, contribuindo para desanuviar o clima de incertezas e boatos.

Desincentivo à demanda —

Contar o consumo é outro objetivo do ajuste do Plano Verão que vem sendo feito desde o início da semana pelo governo. A redução da demanda virá, aponta o Ministério da Fazenda, em consequência não apenas do incentivo à poupança mas também das medidas da semana passada que farão baixar a renda, como o descongelamento das prestações da casa própria e dos aluguéis e o aumento da contribuição à Previdência Social, além da nova escalada dos preços. A esses fatores de desincentivo à demanda poderão se somar medidas em estudo para contenção do crédito e estímulo à Bolsa de Valores.

O resultado de tudo isso, confiam as autoridades econômicas, deverá ser o esfriamento da especulação, retomada da poupança nos ativos tradicionais e reversão na tendência de crescimento do consumo. A mistura de elevação dos juros e queda no consumo, acreditam os técnicos do Ministério da Fazenda, deverá criar as condições para o desaquecimento da economia no segundo semestre. A queda nas atividades econômicas é condição essencial, segundo a equipe de Mailson, para impedir a escalada da inflação no segundo semestre.

Além da redução do crédito, também estão sendo estudadas pela equipe econômica governamental diversas outras medidas com vistas à estabilização econômica após os sobressaltos provocados pelo fracasso da desindexação tentada pelo Plano Verão. A redução dos prazos de recolhimento do IPI, que é a principal medida em preparação para melhoria da arrecadação, está praticamente definida e poderá ser anunciada esta semana. Ainda na área fiscal serão adotadas novas providências para forçar as empresas estatais a cumprirem suas programações de gastos, incluindo demissões de diretorias de empresas que estouraram seus orçamentos.

Novas medidas — Também está em discussão a adoção de novas medidas para incentivar a Bolsa de Valores, em complementação ao esforço desencadeado na semana passada para conter a fuga de ativos para o mercado informal. Estão em exame, entre outras idéias, as propostas de autorização de constituição de fundos de ações com capital estrangeiro e de fundos de curto prazo ao portador com lastro exclusivamente em ações. A manutenção da política de juros reais ligeiramente acima da inflação é o principal item da revisão que será feita na política monetária, que também deverá incluir restrições à emissão de moeda, conforme proposta apresentada pelo Banco Central ao Ministério da Fazenda.

Com essas correções de rumo, a equipe comandada pelo ministro Mailson da Nóbrega acredita ser possível sair da rota da **argentinização** e evitar a explosão da inflação.